Educação, Direito e Sociedade
ISSN 2526-737X

TENDÊNCIAS PROFISSIONAIS DOS ESTUDANTES DO CURSO DE DIREITO DA URI/FW

Gilmar Vendruscolo
Graduado em Direito pela URI – Campus de Frederico Westphalen, RS. Policial Militar do Estado do Rio Grande do Sul.

Cesar Riboli
Pós-doutor em educação. Doutor em educação. Professor do curso de Direito da URI/FW, professor do mestrado e doutorado em Educação. Membro da Comissão de Ensino Jurídico da OAB/RS. Avaliador do INEP/MEC. Advogado.

INTRODUÇÃO

O texto aborda a área de ciências sociais voltado especificamente para o curso de Direito da URI/FW. Apresenta uma abordagem teórica sobre o Exame da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), posteriormente faz uma relação entre o curso de Direito e os concursos públicos, incluindo referencias sobre a importância de uma escolha na hora de decidir qual carreira seguir após a conclusão de um curso superior.

As conclusões evidenciadas decorrem da realização de uma pesquisa de opinião com os alunos do curso de Direito da URI/FW, que ingressaram nos estudos nos anos de 2021 a 2023, com o objetivo de identificar as tendências profissionais do grupo estudado.

O artigo tem sua importância justificada, pois todos os anos são divulgados pelos órgãos oficiais estudos sobre as áreas jurídicas a nível País e Estado, a partir disso, o estudo buscou analisar as tendências profissionais dos alunos que se formarão na região do Médio Alto Uruguai, ou seja, trata-se de pesquisa mais específico sobre uma realidade regional.

Evidenciou-se que a Universidade, como a maioria destas, não possuem dados concretos sobre as escolhas profissionais dos estudantes, assim, os resultados dessa pesquisa poderão contribuir para direcionamento de ações no âmbito do curso de Direito, incluindo adequação da grade curricular.

Com os dados coletados na pesquisa de opinião elaborada com os alunos foi possível quantificar através de percentuais e gráficos as tendências profissionais dos alunos do curso de direito da URI/FW.

1 O EXERCÍCIO DA ADVOCACIA NO BRASIL

O exercício da advocacia no Brasil é uma das profissões que exige do profissional muito estudo e dedicação. Para se tornar um advogado, se faz necessário a graduação no curso de Direito, em faculdade reconhecida pelo Ministério da Educação e Cultura (MEC). O curso de Direito é composto por 10 períodos de 06 meses, o que resulta em um tempo mínimo de curso de 05 anos.

A atual Constituição prevê, no seu artigo 5º, XIII, que "é livre o exercício de qualquer trabalho, ofício ou profissão, atendidas as qualificações profissionais que a lei estabelecer".

Dessa forma o estatuto da advocacia, também chamado de estatuto da OAB, trata-se de uma Lei (Lei nº 8.906/94) determina os direitos e os deveres de um advogado, além dos objetivos e a forma de organização da OAB.

Estimulado pelo aumento considerável de inscritos nos cursos jurídicos, foi criado o Exame da OAB, sendo ele um meio de selecionar apenas os profissionais que estão, de fato, aptos para exercer a profissão e dessa maneira, garantiria certa qualidade à área.

Criado inicialmente no ano de 1963, no estado de São Paulo, o exame teve sua regulamentação apenas em 1994, logo, o exame se disseminou para outras regiões. O Conselho Federal da OAB aprovou em 20 de outubro de 2009, o provimento nº 136/2009, que normatizava o Exame de Ordem Unificando, com conteúdo e aplicação da prova em todo o país. Atualmente, a Fundação Getúlio Vargas (FGV) é a instituição responsável pela realização do exame.

A advocacia no Brasil oferece diversas áreas de especialização, tais como direito civil, direito penal, direito trabalhista, direito tributário, direito ambiental, direito empresarial, entre muitos outras. Os advogados podem optar por atuar como advogados autônomos, em escritórios de advocacia, em empresas privadas ou no setor público, em órgãos governamentais ou como defensores públicos.

Uma das principais atividades dos advogados é prestar assessoria jurídica aos seus clientes, fornecendo orientações legais, elaborando pareceres e analisando contratos e documentos. Além disso, os advogados representam seus clientes em processos judiciais, apresentando defesas, promovendo ações e participando de audiências perante os tribunais.

A carreira da advocacia no Brasil exige estudo contínuo e atualização sobre as leis e jurisprudências vigentes. Os advogados também devem possuir habilidades de argumentação, negociação e resolução de conflitos, além de ética profissional e sigilo sobre as informações compartilhadas por seus clientes.

Em resumo, a carreira da advocacia no Brasil oferece diversas oportunidades de atuação profissional, permitindo aos advogados contribuírem para a justiça e o cumprimento das leis no país, tanto no âmbito judicial quanto na prestação de serviços jurídicos de consultoria e assessoria.

Segundo o Conselho Federal da OAB, atualmente existem cerca de 1,3 milhões de advogados inscritos na entidade de classe em todo o país. Esse número inclui tanto os advogados em atividade quanto aqueles que estão inscritos na OAB, mas não estão exercendo a advocacia atualmente.

Vale lembrar que esse número está em constante mudança, já que novos advogados são formados a cada ano e muitos profissionais também deixam a profissão ou se aposentam. Além disso, o número de advogados atuantes pode variar bastante de acordo com a região do país e a área de atuação.

2 CONCURSOS PÚBLICOS E O DIREITO

Os concursos públicos e o curso de Direito estão relacionados de várias maneiras. O curso de Direito é visto como uma preparação sólida para aqueles que desejam se tornar servidores públicos e atuar em diferentes áreas jurídicas no setor público. Ao fazer uma relação entre esses dois assuntos e possível observar alguns pontos importantes.

O curso de Direito fornece uma base sólida de conhecimento jurídico, abrangendo diferentes áreas do direito, como direito constitucional, civil, penal, administrativo, entre outros. Esse conhecimento é fundamental para a preparação de

concursos públicos, pois muitas provas exigem um amplo entendimento das leis e regulamentos.

Existem inúmeros cargos jurídicos no setor público que exigem formação em Direito, como é exemplo, juiz, promotor de justiça, procurador, defensor público, advogado público, entre outros. A conclusão do curso de Direito é muitas vezes um requisito mínimo para se candidatar a esses cargos e, em alguns casos, é necessário também ter experiência profissional na área jurídica.

Além do conhecimento jurídico geral, o curso de Direito oferece disciplinas específicas que são relevantes para os concursos públicos. Por exemplo, disciplinas como direito administrativo e direito constitucional, são comumente cobradas em provas de concursos públicos de todas as áreas de atuação no serviço público.

O curso de Direito envolve a leitura e interpretação de casos, leis, doutrinas e jurisprudências, desenvolvendo habilidades analíticas e de resolução de problemas. Essas habilidades são muito úteis para enfrentar as questões complexas encontradas em provas de concursos públicos, que muitas vezes exigem raciocínio jurídico e capacidade de argumentação

Muitos estudantes de Direito veem os concursos públicos como uma oportunidade de ingressar no serviço público e trabalhar em prol da sociedade. A estabilidade e os benefícios oferecidos pelos cargos públicos são atrativos importante para muitos profissionais formados em Direito que buscam segurança e realização profissional.

No entanto, é importante ressaltar que o curso de Direito não é um fator determinante para ser aprovado. Atualmente as bancas elevaram o grau de dificuldade das provas, cobrando muito as questões que envolvem jurisprudência, entendimentos dos tribunais e doutrinas. Sendo que, dessa forma, se faz necessário além da graduação em direito investir em outros materiais de estudo que se destinem ao cargo específico almejado.

3 A IMPORTÂNCIA DA ANÁLISE DO PERFIL PROFISSIONAL

Todas as profissões exigem que o indivíduo possua algumas características e qualidades específicas para que o seu desempenho profissional seja satisfatório. De acordo com Godin (2002, p 143): “Cientes da exigência de um perfil multiprofissional

para o trabalho, as instituições educacionais investem na formação geral e na ampliação das possibilidades de experiência prática durante o curso". Conforme o autor, é importante possibilitar que os alunos tenham contato com a realidade que será o seu trabalho durante o processo de formação.

Ao ingressar na faculdade, os alunos já têm uma ideia de qual carreira pretende seguir ou em qual área profissional pretendem atuar. Nesse sentido, Dutra (2010, p. 17) conceitua carreira como sendo:

> […] as sequências de posições ocupadas e de trabalhos realizados durante a vida de uma pessoa. A carreira envolve uma série de estágios e a ocorrência de transições que refletem necessidades, motivos e aspirações individuais e expectativas e imposições da organização e da sociedade.

De acordo com o autor, a definição de carreira é uma escolha intrínseca ao individuo, mas pode ser incentivada conforme as experiências vividas por ele. Durante a realização da pesquisa, participaram os alunos que estão ingressando na faculdade e alunos que estão com mais da metade do curso completo.

Segundo o autor acima citado, trazendo para a realidade desse estudo, é provável que alguns desses alunos já mudaram de opinião sobre a sua carreira profissional, pois já tiveram contato com realidade do trabalho executado por cada uma, seja através de estágios, ciclo de palestras, viagens de estudo e outras experiências que a Universidade em questão oferece para os seus alunos.

Nessa mesma linha de raciocínio, Libâneo (2003) ressalta que a "[...] universidade existe para que os alunos aprendam conceitos, teorias; desenvolvam capacidade e habilidades; formem atitudes e valores e se realizem como profissionais-cidadãos".

Ainda, conforme o autor fica evidenciado o papel fundamental que a universidade exerce na escolha profissional do aluno, além de prezar por um ensino de qualidade é necessário prezar pela formação de profissionais que atuem de maneira legal e justa, contribuindo para uma sociedade ainda melhor.

Após a coleta de dados na Universidade sobre qual a carreira que os alunos esperam seguir depois de formados, é possível entender o que os estudantes buscam para atuar: na advocacia, carreiras em concursos públicos ou docência. Através da interpretação dos dados pode ser realizado um ajuste nas matérias ofertadas pelo

curso de Direito, dando mais ênfase para a área que os alunos buscam atuar profissionalmente.

4 METODOLOGIA

Para a execução da pesquisa foi utilizado uma pesquisa quantitativa bem como da pesquisa qualitativa, para que se consiga realizar os objetivos propostos. No primeiro momento a pesquisa quantitativa para quantificar dados fornecidos pelos alunos e em um segundo momento a pesquisa qualitativa para fazer as análises e emitir parecer conclusivo.

Para a elaboração deste estudo além da utilização do referencial teórico que é fundamental para se ter o entendimento do assunto abordado que serve de base para a continuação do estudo, foi realizada uma pesquisa de opinião através de um questionário impresso com os alunos do curso de direito da URI/FW, a fim de coletar os dados para elaboração do estudo.

5 ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

Após coletados os dados, passou-se a fazer a análise e discussão deles a fim de alcançar os objetivos propostos na elaboração desse estudo.

5.1 Quantitativo de alunos de cada gênero

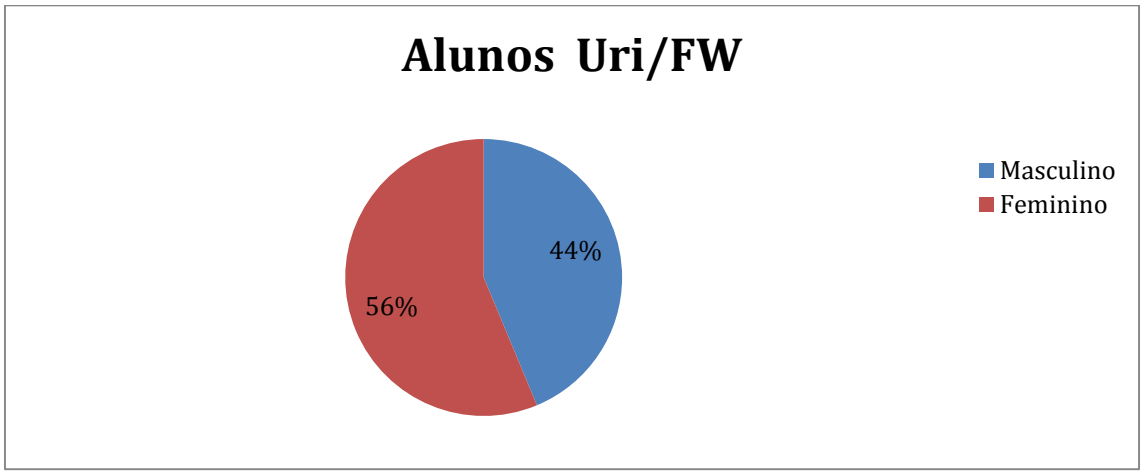
Participaram desta pesquisa de opinião 151 estudantes, de um total de 191 matriculados, no curso de direito do segundo, quarto e sexto semestre da graduação. Como um dado inicial, foi encontrado o percentual de cada gênero dentre o grupo de alunos selecionados para participar desse estudo.

De acordo com Ávila e Portes:

> [...] do ponto de vista das relações de gênero, as preferências quanto à escolha dos cursos foram se construindo ao longo do processo de escolarização dos sujeitos femininos e masculinos, dando origem a áreas demarcadas como mais “femininas”, como a área das ciências humanas e a maior parte dos cursos da saúde, ou mais “masculinas”, como aqueles da área das ciências exatas e carreiras tecnológicas (ÁVILA; PORTES, 2009, p. 95).

Abaixo segue a tabela demonstrativa do percentual de alunos:

Tabela 01 - Identificação do quantitativo por gênero



Fonte: elaborada pelo autor.

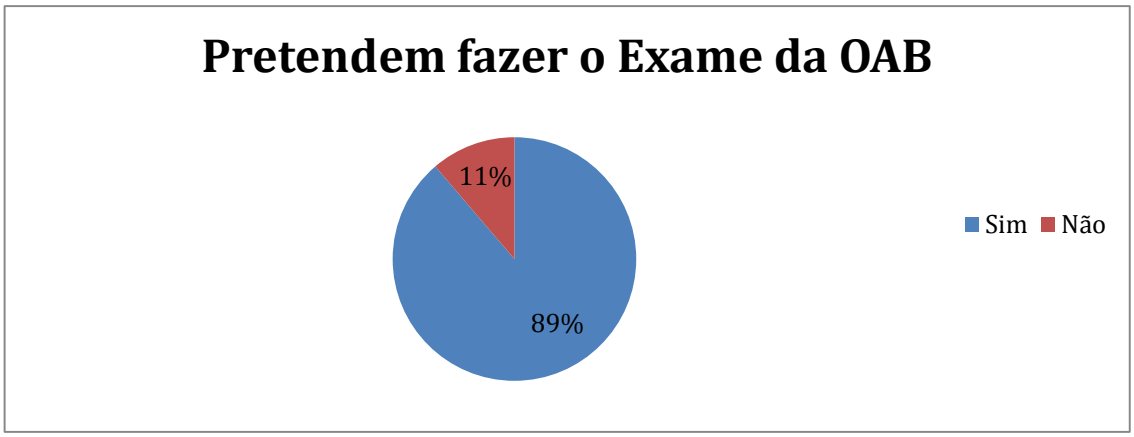
Conforme demonstra o gráfico acima a maior parte dos alunos é do gênero feminino, o que vem ao encontro da citação dos autores e dos dados do Conselho Federal da OAB, que demonstra que atualmente existem mais mulheres do que homens exercendo a advocacia no Brasil. Porém no atual mercado de trabalho é sabido que as mudanças são constantes e não se pode definir uma área como mais apropriada para cada gênero.

5.2 Estudantes que pretendem fazer o Exame da Ordem

Ser aprovado no Exame da OAB é requisito para atuar como advogado no Brasil, além disso, é pré-requisito para poder concorrer a determinados cargos públicos alcançados por meio de concurso. Nesse sentido, o Exame funciona como um balizador, onde são medidos o conhecimento e a competência do bacharel em Direito a fim de demonstrar se este apto a exercer a advocacia.

Um dos dados analisados nesse estudo foi intenção ou não dos alunos em realizar o exame da ordem, conforme tabela abaixo:

Tabela 02 - Quantitativo de alunos que pretende fazer o Exame da OAB.



Fonte: elaborada pelo autor

De acordo com a tabela, a grande maioria dos alunos participantes da pesquisa pretende fazer o Exame, diante da necessidade da aprovação para exercer a advocacia de forma autônoma. Os alunos que não têm interesse em fazer o Exame possivelmente buscarão concursos públicos, já que a faculdade de direito é uma boa base para conseguir a aprovação nos mesmos.

5.3 Estudantes que pretendem atuar na advocacia

Por ser uma área de atuação profissional que possui muito prestígio e ganho financeiro elevado, a Advocacia sempre foi uma área que demandou interesse dos estudantes universitários do curso de direito. Por outro lado, é uma profissão que demanda qualidades e um perfil específico para seu bom desempenho, que nem todos os formados em direito possuem.

Abaixo segue tabela demonstrando o quantitativo de alunos que pretende atuar como advogado depois de formado.

Tabela 03 - Quantitativo de alunos que pretende atuar como advogado.



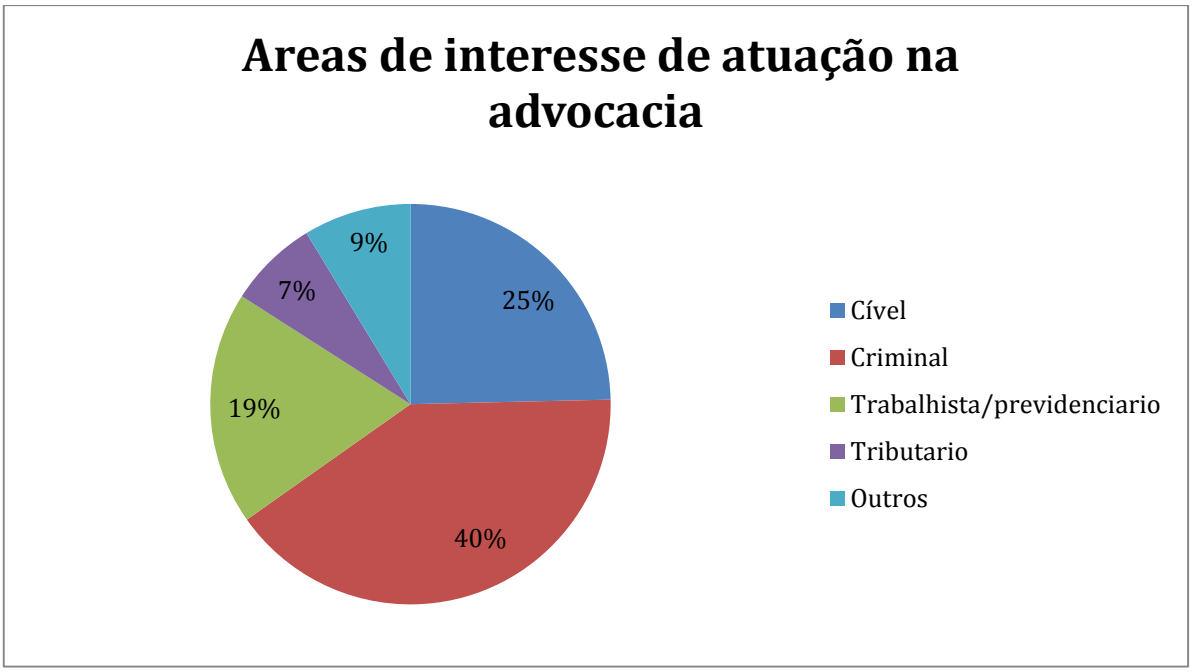
Fonte: elaborada pelo autor

Como demonstra a tabela acima apenas 45% por cento dois alunos entrevistado pretende atuar como advogados. É um dado interessante, pois, desse grupo estudado 89% por cento pretende realizar o Exame da Ordem, conforme representado na figura 2. Ou seja, grande parte dos estudantes que realizarão o Exame da Ordem não pretende atuar como advogados.

5.4 Principais áreas de interesse de atuação na advocacia

Depois de formados e devidamente aprovados no Exame da Ordem, os profissionais que pretender atuar na advocacia se deparam com uma grande oferta de possibilidades de trabalho. Os estudantes demonstraram interesse em atuar como advogados foram questionados sobre qual a área de atuação que pretendem atuar profissionalmente.

Tabela 04 - Principais áreas de interesse de atuação na advocacia



Fonte: elaborada pelo autor.

De acordo com a tabela os estudantes demonstraram preferência em sua maioria pela atuação na área criminal, com 40% por cento dos participantes. Seguido por área cível, 25 % por cento, e trabalhista, 19% por certo, que são áreas amplas e com bastante campo de trabalho.

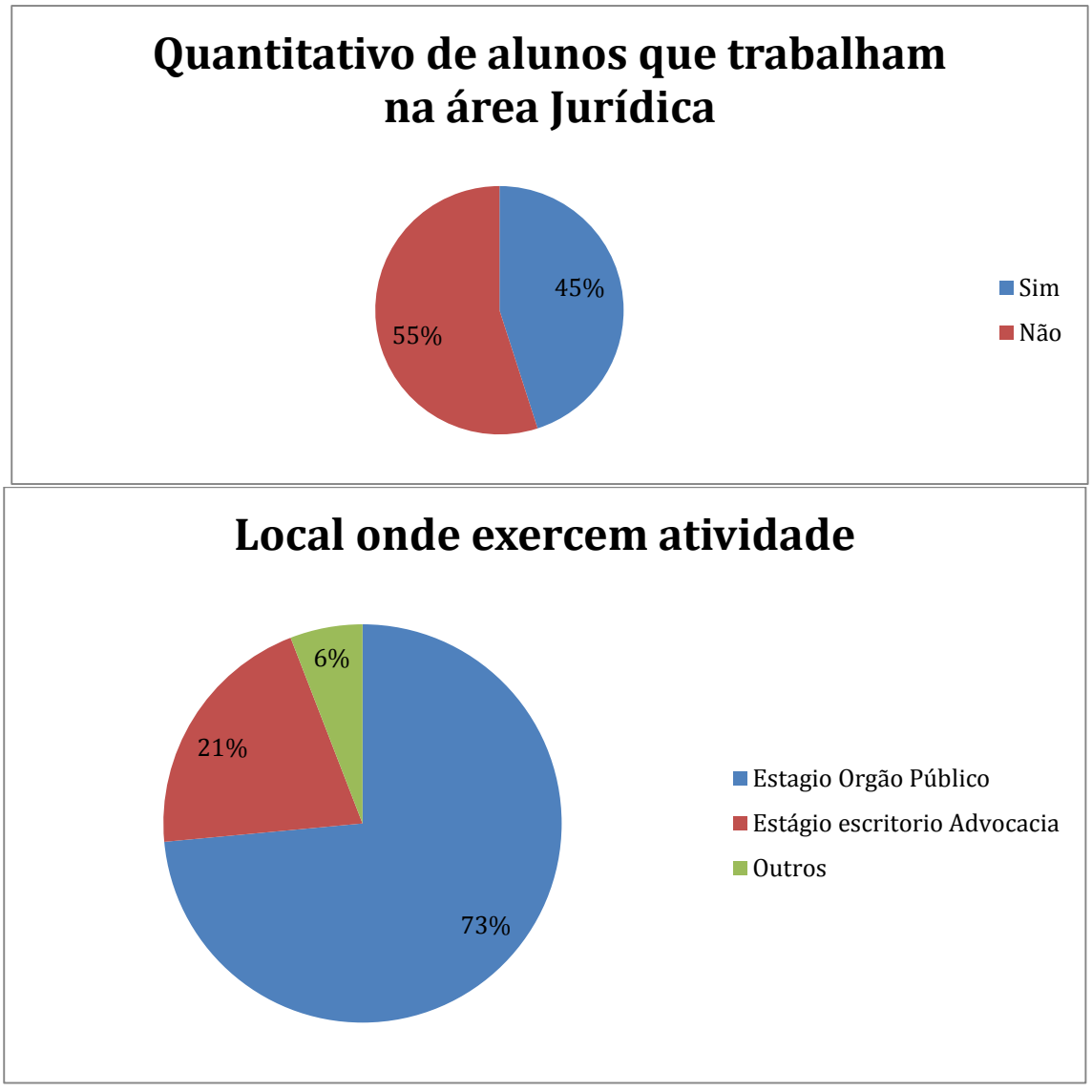
Outro fator atrelado a esses dados é o fato de que a própria graduação da mais ênfase justamente as áreas mais votadas, obviamente por serem de extrema importância e conteúdo extenso, o que pode ter influenciado na resposta dos estudantes. Contudo, de qualquer forma depois de formado, se faz necessário uma especialização na área de atuação escolhida, buscando ter um diferencial no mercado de trabalho e acompanhando as mudanças na legislação referente a área.

5.5 Quantitativo de estudantes que trabalha na área jurídica e local onde exerce a atividade

Como já comentado no referencial teórico, o estudante pode ser influenciado a seguir determinada carreira dependendo das experiências pessoais ou profissionais que a universidade proporciona. Nesse sentido, buscou-se saber o quantitativo que

atualmente já trabalha na área jurídica, sendo através de estágios e órgãos públicos, escritórios de advocacia ou de outra maneira. Segue tabelas demonstrativas:

Tabelas 05 e 06 - Quantitativo de estudantes que trabalham na área jurídica



fonte: elaboradas pelo autor.

Na primeira tabela deteve-se somente em questionar se o estudante trabalha ou não na área jurídica, como resultado 55% por cento dos alunos respondeu que não trabalha. Levando em consideração as citações feitas no referencial teórico, esse dado é preocupante, pois mais da metade dos alunos se formará sem tem a noção de

como o direito é exercido na prática, seja pelos advogados ou mesmo pelos funcionários ligados a órgãos públicos.

Os outros 45% por cento dos alunos responderam que já trabalham na área jurídica, dentre os quais 73% fazem estágio em órgão público, 21% por cento estágio em escritório de advocacia e 6% por cento atua de outras formas.

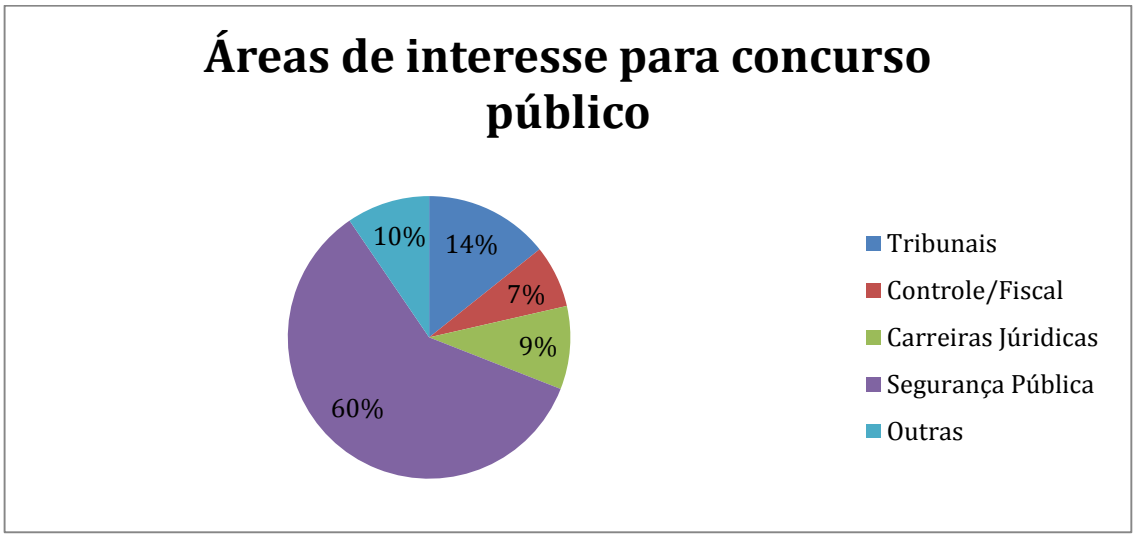
Um dado que chama atenção é que praticamente 75% por cento dos estudantes que fazem estágio, fazem em órgão público, e partindo do princípio de que a experiência vivida em sua graduação influencia na carreira escolhida, a tabela nº 03 deixa isso evidenciado.

5.6 Áreas de interesse dos estudantes em concursos públicos

Outra grande possibilidade para quem é formado na graduação de direito são as carreiras públicas. Atualmente, o mundo dos concursos públicos é o sonho de muitos estudantes, e não é para menos. Eles oferecem bons salários, cargas horárias reduzidas, estabilidade de emprego e uma série de outros benefícios. Embora a concorrência seja muito grande a maior parte dos alunos entrevistados respondeu que pretende fazer concurso público.

A tabela demonstrativa abaixo apresenta dados sobre as principais áreas de interesse dos alunos que pretendem fazer concurso público.

Tabela 07 - Áreas de interesse para concurso público.



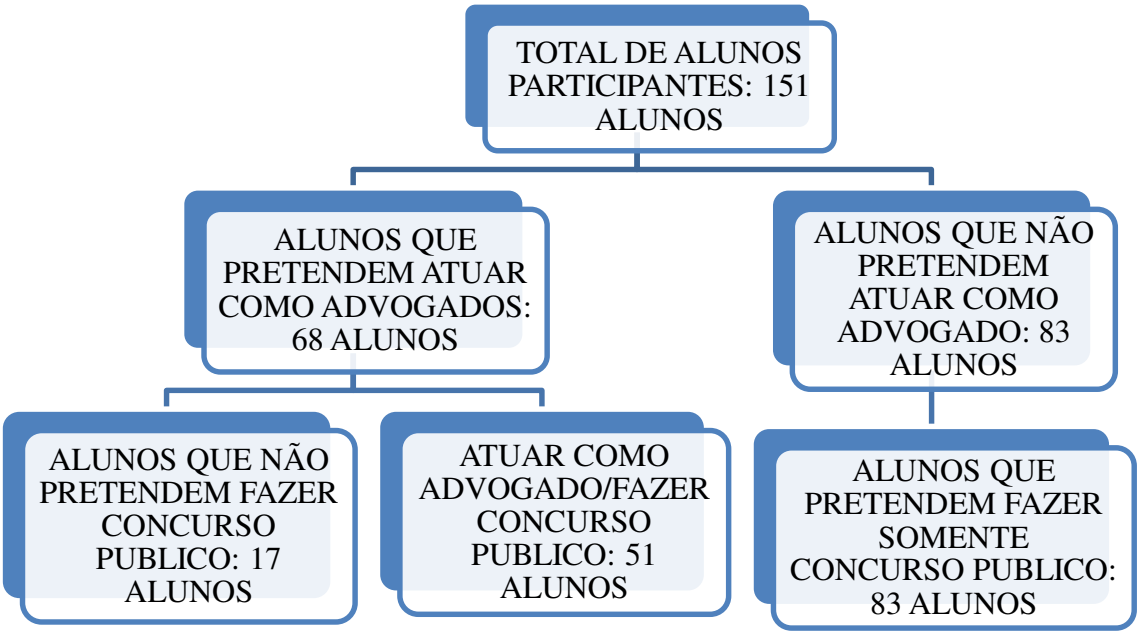
Fonte: elaborada pelo autor.

Como demonstrado na tabela acima à grande maioria, 60% por cento, dos estudantes que participaram da pesquisa tem interesse em fazer concurso na área da segurança pública. É uma área muito ampla e com salários atrativos e, outro ponto importante é que essa área sempre abre concursos com um número expressivo de vagas e o curso de direito vem ao encontro da maioria dos assuntos cobrados nas provas de ingresso.

O restante dos estudantes apontou interesse pelas áreas de controle/fiscal com um percentual de 7 % por cento, tribunais com um percentual de 14% por cento e carreiras jurídicas com 9% por cento dos participantes. Essas últimas áreas geralmente são extremamente concorridas, o número de vagas é muito menor e a frequência com que acontecem também é reduzida se comparada com a segurança pública. Um ponto a ser destacado é a remuneração, que em determinados casos chegam perto de ser os maiores salários do funcionalismo público, atraindo muitos alunos para essas áreas.

5.7 Análise dos dados gerais do estudo

Durante a aplicação do questionário de pesquisa de opinião, foi explicado o mesmo e solicitado que os participantes o respondessem com a convicção que tinham no momento atual da formação acadêmica, sobre o seu futuro profissional. Porém alguns dados despertaram atenção por serem, de fato, surpreendentes na elaboração deste estudo. Segue fluxograma explicativo:



Fone: elaborado pelo autor.

Conforme demonstrado no fluxograma acima, além do fato de a maior parte dos estudantes entrevistados pretender fazer concursos públicos e não querer advogar, dos alunos que pretendem advogar, 51 deles também pretendem fazer concurso, somente 17 alunos do total de entrevistados pretende atuar na advocacia. A partir dessas informações é possível fazer algumas análises importantes dos dados evidenciados.

Numa primeira análise, é possível compreender que boa parte dos estudantes entrevistados, 51 deles, para ser exato, ainda não escolheu seu futuro profissional, pois não conseguiu se decidir entre advocacia ou concursos públicos. É um dado interessante porque grande parte dos entrevistados ainda está nos primeiros semestres do curso, onde ainda se está conhecendo o mundo do Direito com todo o seu "leque de oportunidades", então de certa forma eram dados que se esperava encontrar nesse estudo.

Outro ponto a se destacar é o baixo número de alunos que está disposto a seguir o ramo da advocacia, apenas 17 alunos responderam que pretendem atuar como advogados. Ao ser relacionado esse dado com o número de alunos entrevistados que hoje faz estágio em escritório de advocacia, conforme tabela 6, é possível perceber que poucos alunos têm a vivência do dia a dia do escritório, podendo esse ser um fator determinante na resposta deles.

Nessa mesma linha de raciocínio, ao ser relacionado os alunos que fazem estágio em órgão público com o número de alunos que pretendem fazer concursos, conforme tabela 6, os dados se apresentam compatíveis, pois a grande maioria dos alunos pretende fazer concurso público e dos alunos que atualmente trabalham na área jurídica, a maior parte deles faz estágio em órgãos públicos. Demonstrando assim, como já foi mencionado anteriormente nesse estudo, que o meio e as experiências vividas na graduação influenciam na escolha profissional dos estudantes.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os dados utilizados para elaboração dessa pesquisa foram colhidos através de uma pesquisa de opinião feita em sala de aula com os estudantes do grupo selecionado. Esses dados serviram de base para a elaboração de tabelas e análises elaboradas no decorrer do estudo e garantiram o alcance dos objetivos propostos por ele.

O presente texto demonstra que as tendências profissionais dos estudantes da URI/FW que irão se formar nos próximos 05 anos são voltadas a carreiras ligadas a concursos públicos em sua maior parte. O grupo de alunos participante do estudo demonstrou através das respostas do questionário que os concursos públicos são a preferência do grupo e a área policial é a que mais demonstrou os interessados de atuação profissional.

Apresentou-se como um dado que merece atenção especial o baixo número de alunos que pretende atuar na área da advocacia. Ficou evidenciado que existe um percentual de alunos que ainda está indeciso quando ao seu futuro profissional, dado que já era esperado pelo estudo.

O estudo conseguiu alcançar os objetivos e como sugestão de novos estudos nessa área, poderia ser feito um trabalho mais amplo com esse mesmo grupo de alunos depois de formados, fazendo assim um trabalho comparativo, analisando se seguiram na carreira aqui projetada durante a formação ou se alteraram suas escolhas.

REFERÊNCIAS

BRASIL. 05 de outubro de 19888. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Disponível em: <https://planalto.gov.br/legislação>.

_____. Lei nº 8.906, de 04 de julho de 1994. Disponível em: <https://planalto.gov.br/legislação>.

OAB. Site. https://examedeordem.oab.org.br/Home/Historico. Acesso em 16 ago. 2024.

OAB. Site https://www.oab.org.br/institucionalconselhofederal/quadroadvogados acesso em 19 mai. 2024.

GONDIM, S. M. G. Perfil profissional, formação acadêmica e mercado de Trabalho. *Estudos de Psicologia.*UFRN, v. 7, n.2, p.299-308, 2002

DUTRA, Joel Souza (Org.) Gestão de carreira na empresa contemporânea. São Paulo: Atlas, 2010.

LIBÂNEO, José CarloS - O Ensino de graduação na universidade: a aula universitária. 2003. Disponível em: Acesso em: 19 jul. 2024.

ÁVILA, Rebeca Contrera; PORTES, Écio Antônio. Notas sobre a mulher contemporânea no ensino superior. Mal-Estar e Sociedade - Ano II - n. 2 - Barbacena - jun. 2009 - p. 91-106.

Recebido em: 22/04/2024
Aceito em: 27/05/2024